



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de
Magistratura

RELATÓRIO ANUAL

ESCOLA DE MAGISTRATURA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
DA 6ª REGIÃO

2025

ESCOLA DE MAGISTRATURA - INSTITUCIONAL



DIRETORA

Desembargadora Federal Mônica Sifuentes

Diretora da Escola de Magistratura e Revista do Tribunal Regional Federal da Sexta Região

Gestão biênio 2025 /2027



VICE-DIRETOR

Desembargador Federal Lincoln Rodrigues de Faria

Vice-diretor da Escola de Magistratura e Revista do Tribunal Regional Federal da Sexta Região

Gestão biênio 2025 /2027



SECRETÁRIO-GERAL

Juiz Federal Gustavo Baião

Secretário-Geral da Escola de Magistratura e Revista do Tribunal Regional Federal da Sexta Região

Gestão biênio 2025 /2027

EQUIPE

Francine Figueiredo - Coordenadora/ Secretária Executiva

Luiz Paulo Saraiva - Assistente II

Max Ronald de Oliveira - Assistente III

Maria Auxiliadora Nangino Barcelos - Assistente V

Murilo Elmer Eduardo De Oliveira Gonçalves - Assistente V

Walkenia Maciel Gonçalves Ragazzi - Colaboradora

Daniela Ferreira Dutra de Jesus - Colaboradora

Felipe Fernandes Ferraz - Colaborador

Anna Claudia Pereira da Silva - Colaboradora

SUMÁRIO

CURSOS E EVENTOS	04
Março	04
Maio	07
Junho	14
Julho	18
Setembro	26
Outubro	32
Novembro	35
Dezembro	41
RELATÓRIO ANUAL	45

CURSOS E EVENTOS - MARÇO | 2025

CIRAJUD Minas Gerais - Conferência de Inteligência Financeira e Recuperação de Ativos



Provimento de destinação de bens é assinado na abertura do evento

A Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6^a Região, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e a Superintendência da Polícia Federal realizaram nesta quarta-feira dia 12 de março a Conferência de Inteligência Financeira e Recuperação de Ativos (CIRAJUD). O evento tem como objetivo promover um espaço de debate técnico e jurídico acerca da gestão de ativos relacionados a práticas criminosas, com foco na identificação, localização, apreensão, administração e destinação de bens vinculados à prática ou ao financiamento de infrações penais. Na cerimônia foi realizada a assinatura do Provimento Conjunto entre TRF6, Ministério Público Federal e Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais para a destinação de bens apreendidos judicialmente. O evento segue até dia 14 de março na sede da Advocacia-Geral da União em Belo Horizonte.

Compuseram a mesa de abertura o presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira, a diretora da Escola de Magistratura do TRF6, desembargadora federal Mônica Sifuentes, o vice-presidente e corregedor do TRF6, desembargador federal Ricardo Machado Rabelo, a corregedora-geral da Polícia Federal, Helena de Rezende, o desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Luiz Carlos de Azevedo

Corrêa Júnior, o advogado da União e consultor jurídico da Advocacia-Geral da União em Minas Gerais, Anderson Morais, o procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 6ª Região, Patrick Salgado Martins, o superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais, delegado Richard Murad Macedo e o superintendente adjunto da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, desembargador Maurício Pinto Ferreira, representando o desembargador Saulo Versiani – 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.

Entre as autoridades presentes estavam o secretário-geral do TRF6, juiz federal Antônio Francisco do Nascimento, a juíza federal Ariane da Silva Oliveira, secretária-geral da Escola de Magistratura do TRF6, o desembargador federal Aluísio Gonçalves de Castro Mendes, vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), o desembargador federal Miguel Angelo, do TRF6 e o desembargador federal Grégoire de Moura, do TRF6.

Destino dos bens apreendidos em processos judiciais



Desembargadora Mônica Sifuentes

A desembargadora Mônica Sifuentes, uma das idealizadoras desta CIRAJUD, observou que é o primeiro evento realizado pela Escola de Magistratura neste ano. “Esse evento marca o fortalecimento dos laços existentes entre a Escola do Tribunal Regional Federal da Sexta Região e a Escola Judicial Edésio Fernandes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Além disso, o evento tem a parceria também da Polícia Federal, num espírito de cooperação entre as instituições. Assim nós marcamos o nosso primeiro evento na escola, que,

aliás, é a tônica do que a gente pretende implantar nessa gestão, fazer eventos em cooperação com outras escolas”, comentou.

A desembargadora ressaltou que o evento contribui para melhorar a comunicação entre a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça para o alcance melhores resultados em relação à destinação dos ativos e bens recuperados de processos judiciais.

O presidente do TRF6, Vallisney Oliveira ressaltou que a temática em discussão é importante pois aborda questões com as quais os juízes têm que lidar. “A destinação de bens apreendidos pelos juízes, corrupção, lavagem de dinheiro, são assuntos atuais e importantes para a Justiça brasileira. A apreensão de bens, como veículos, entre outros, que ficam anos na justiça se deteriorando, são questões antigas que precisam ser resolvidas. Para isso aproveitamos esse



Presidente do TRF6, Vallisney Oliveira

evento para firmar o Provimento que assinamos hoje, que vai ter um efeito prático para solucionar o destino desses bens”, explicou.



Juiz Federal Carlos Henrique Borlido Haddad

Assinatura do Provimento para destinação de guarda e destinação de bens

O presidente Vallisney Oliveira se referiu, em sua fala, à assinatura do Provimento elaborado em conjunto entre a Corregedoria do TRF6, o Ministério Público Federal e a Superintendência Regional da Polícia federal em Minas Gerais, e que dispõe sobre a guarda e a destinação de bens e materiais apreendidos em procedimentos criminais no âmbito deste Tribunal.

“O Provimento tem por objetivo facilitar a destinação de bens. Atualmente, a Polícia Federal, ao correr de um crime, apreende carros, apreende imóveis, faz a apreensão de valores e até costuma dar uma destinação. Mas nem sempre foi assim. Nós temos centenas de veículos que hoje podem ser vendidos até como sucata nos pátios da Polícia Federal. Então, esse provimento tem por objetivo tornar mais ágil e mais fácil a destinação desses bens, seja fazendo um leilão, seja fazendo doações, seja mesmo destruindo, caso não haja mais valor econômico no que foi apreendido”, explicou o juiz federal do TRF6, Carlos Henrique Borlido Haddad.

CURSOS E EVENTOS - MAIO | 2025

■ Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Assédio e à Discriminação



Semana contra o Assédio foca em conscientização no ambiente de trabalho

Uma semana inteira dedicada ao debate sobre a prevenção e combate ao assédio moral no ambiente de trabalho está sendo realizada no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6). Promovido em um esforço conjunto da Escola da Magistratura e da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, e em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SecGP) e a Coordenadoria Regional de Solução Adequada de Controvérsias (Cojus), o evento destaca a importância do tema para o Tribunal. No dia 7/5/2025, o professor da Escola Superior Dom Helder Câmara, Émilien Vilas Boas Reis, e o professor Renato Campos Andrade fizeram palestras.

Para a secretária-geral da Escola de Magistratura, a iniciativa, prevista por uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visa debater um tema considerado delicado e importante, que influencia diretamente na qualidade da prestação jurisdicional. "A harmonia entre juízes, servidores e colaboradores da Justiça é vista como um fator que impacta diretamente o resultado do trabalho entregue e o papel da Justiça na sociedade", explicou a juíza federal Ariane da Silva Oliveira.

A magistrada explicou que, no entanto, o viés principal da semana não é a punição. Conforme destacado na abertura do evento, o foco é muito mais a conscientização. "O objetivo é ajudar as pessoas a identificar comportamentos que podem ser qualificados como assédio, mesmo aqueles que ocorrem involuntariamente", completou a juíza federal.



Da esq. para a dir.: presidente da Comissão de Combate ao Assédio e da Discriminação do 1º grau, juiz federal Felipe Andrade Gouveia; professor da Dom Helder, Émilien Vilas Boas Reis; secretária-geral da Escola de Magistratura, juíza federal Ariane da Silva Oliveira; presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do TRF6, desembargadora federal Luciana Pinheiro; diretor do Foro da SJMG, juiz federal José Carlos Machado; professor da Dom Helder Renato Campos Andrade

O professor da Escola Superior Dom Helder Câmara, Émilien Vilas Boas Reis, nas áreas de Filosofia, Filosofia do Direito e Economia, abordou a importância da ética para a prevenção do assédio moral, assédio sexual e outros comportamentos inadequados no ambiente de trabalho. O professor ressaltou que essas questões são éticas antes mesmo de se tornarem legais. Segundo ele, em ambientes públicos como o TRF, é crucial que servidores e profissionais, de forma geral, tenham essa consciência ética. Ele enfatizou a necessidade de conscientizar as pessoas de que tais comportamentos configuram um problema ético grave. "Para evitar que essas situações cheguem às vias legais, é fundamental introjetar valores nos indivíduos", explicou o professor.

Já o professor Renato Campos Andrade destacou a importância do comportamento ético no ambiente de trabalho. Ele ressaltou a necessidade de distinguir o tratamento pessoal do profissional, enfatizando que o limite ético na conduta profissional é "muito mais forte" do que nas condutas pessoais, e que as duas esferas não devem ser misturadas. O professor elogiou a iniciativa do Tribunal em promover a discussão, classificando-a como "fantástica" e demonstrando que o Poder Judiciário está sensível a temas relacionados à ética. Para ele, a iniciativa



Professor da Dom Helder, Émilien Vilas Boas Reis
grave. "Para evitar que essas situações cheguem às vias legais, é fundamental introjetar valores nos indivíduos", explicou o professor.



Professor da Dom Helder Renato Campos Andrade

reforça a seriedade e integridade da instituição.

TRF6 aposta em inovação e educação para prevenir o assédio no ambiente de trabalho

Durante o segundo dia da Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Assédio e à Discriminação, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) apresentou o protótipo do aplicativo Voz Contra o Assédio, que já está disponível para testes nos navegadores de internet. A iniciativa, desenvolvida em parceria com a Universidade Dom Helder, busca combater práticas nocivas e promover um ambiente laboral mais saudável. O tribunal também lançou a versão física da cartilha informativa sobre prevenção ao assédio e a discriminação, que foi base para o desenvolvimento do aplicativo, assim visando ampliar o acesso a ferramentas de prevenção.



Da esq. para a dir.: diretor do Foro da SJMG, juiz federal José Carlos Machado; diretora da Escola de Magistratura, desembargadora federal Monica Sifuentes; presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do TRF6, desembargadora federal Luciana Pinheiro

A diretora da Escola de Magistratura, desembargadora federal Monica Sifuentes, responsável pela abertura, reforçou o compromisso do TRF6 com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo ela, "Faz parte desse nosso planejamento de não só conscientizar os servidores, juízes, todos os que aqui trabalham no TRF6 sobre a importância de combater essa prática nociva, como também de alinhar a essa nova política de combate ao assédio".

A presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação do TRF6, desembargadora



Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação do TRF6, desembargadora federal Luciana Pinheiro

federal Luciana Pinheiro, que atuou na elaboração da cartilha, lembrou que o material surge para enfrentar uma cultura histórica de tolerância a certas práticas. A publicação reúne experiências de tribunais de todo o país e será distribuída a servidores, terceirizados e magistrados. "O que liberta a gente é o conhecimento, e o objetivo da cartilha é esse informar, dar conhecimento ao que se tem produzido nessa temática de combate ao assédio e discriminação", disse a magistrada.

O diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal José Carlos Machado, idealizador do projeto do aplicativo, explicou que a repressão a casos consolidados gera custos administrativos elevados e desgaste organizacional. Por isso, a aposta do tribunal está na prevenção por meio do software, que, além de receber denúncias, oferece a cartilha de forma virtual com orientações claras sobre condutas inadequadas.

"A prevenção é o melhor investimento, especialmente nos casos de assédio", o juiz ainda completa "A repressão, quando ocorre, tem um alto custo administrativo, mesmo financeiro, porque envolve muitas horas de trabalho de servidores que atrapalha a produtividade, que causa preocupação".



Diretor do Foro da SJMG, juiz federal José Carlos Machado

Já o presidente da Comissão de Combate ao Assédio e à Discriminação do 1º grau, juiz federal Felipe Andrade Gouvea, enfatizou a importância de ações complementares: enquanto a cartilha física abrange o aspecto da informação e conscientização, o aplicativo possibilita a efetivação de uma denúncia. "Então a cartilha de forma física, ela atinge essas pessoas e o aplicativo complementa isso" concluiu.

Ao final do dia, o professor Fischer Stefan e os alunos de tecnologia da informação, detalharam o funcionamento do Voz Contra o Assédio que processa textos, fotos e vídeos, convertendo-os em dados criptografados para análise estatística. O sistema identifica padrões e permite que usuários acompanhem o andamento de suas denúncias.



Presidente da Comissão de Combate ao Assédio e à Discriminação do 1º grau, juiz federal Felipe Andrade Gouvea

■ Roda de Conversa “Como Cheguei Até Aqui”



O Comitê de Equidade Racial no âmbito do Tribunal Regional Federal da 6ª Região realizou a Roda de Conversa “Como Cheguei Até Aqui”, na última quinta-feira, 29 de maio. Com foco na trajetória de magistrados e magistradas negros e negras, o evento, coordenado pelo presidente do Comitê, desembargador federal Rubens Rollo, teve como mediadora a juíza federal Ariane da Silva Oliveira, representando a desembargadora federal Mônica Sifuentes, diretora da Escola de Magistratura e Revista do TRF6.



Participaram da conversa os juízes e juízas federais do TRF6 Alcioni Escobar da Costa Alvim, Grigório Carlos dos Santos, Jeffersson Ferreira Rodrigues e Osmane Antônio dos Santos, além da convidada juíza de direito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Isadora Nicoli da Silva.

Alcioni Escobar destaca que um encontro como esse tem grande importância num contexto de uma sociedade desigual e racializada, em que marcadores sócio-identitários influenciam nas oportunidades que cada indivíduo pode ter em sua vida. Ela também ressalta a relevância dos instrumentos institucionais e estatais para reequilibrar as forças sociais: "Ao mesmo tempo que ele traz uma ideia de subjetividade, 'como eu cheguei até aqui', trazer esse tema para dentro de um tribunal significa como nós chegamos até aqui. Ele traz uma ideia de institucionalidade. Nós não chegamos até aqui sem ações estatais, sem oportunidades, sem espaços, sem formas de discussão que vão para além da subjetividade, da individualidade. Nós precisamos ter um aparato das instituições para estarmos aqui. É uma relevância de fortalecimento de espaços institucionais para discutir temas caros para uma sociedade que se pretende plural, que se pretende justa, que se pretende igualitária."



Juíza federal Alcioni Escobar da Costa Alvim



Juíza Federal Ariane da Silva Oliveira

reafirmar a importância de que situações graves como aquela nunca mais aconteçam e que as pessoas que sofreram e ainda sofrem até hoje tenham a verdadeira reparação."

Quem também apontou o caminho das políticas de ações afirmativas como fundamental para a equalização das oportunidades igualitárias para todas e todos foi Ariane Oliveira, que lembrou, ainda, da escolha do mês de maio para se realizar o encontro: "Justamente em comemoração ao fim de um triste capítulo da história do Brasil, que é o da escravidão. Em 13 de maio, comemoramos o fim da abolição da escravatura com a Lei Áurea, e o Tribunal não poderia perder a oportunidade de

Tribunal não poderia perder a oportunidade de reafirmar a importância de que situações graves como aquela nunca mais aconteçam e que as pessoas que sofreram e ainda sofrem até hoje tenham a verdadeira reparação."



Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos

Utilizando-se de uma metáfora náutica, o juiz federal Grigório Carlos dos Santos relembrou que toda a espécie humana deve navegar junta rumo a conquistas que se estendam à coletividade: "Não nos esqueçamos que nós, pretos, brancos, estamos todos no mesmo barco desse país; nós, pretos e brancos, estamos todos no mesmo barco desse mundo; nós, pretos e brancos, estamos todos no mesmo barco. Só que nós, negros, não queremos ficar só com o papel de remar — queremos também

apreciar a paisagem.”

A equidade racial está diretamente ligada com a representatividade racial nos órgãos públicos, como no próprio TRF6 ou no Tribunal de Justiça, dentre tantos outros do país. A busca dessas instituições deve se pautar pelo espelhamento da sociedade brasileira em seus quadros de membros e servidores, conforme aponta a juíza de direito Isadora Nicoli da Silva: “Esse sistema de justiça está mudando, agora pessoas negras, pessoas de todas as etnias, podem e fazem parte desse Poder. O quantitativo de pessoas negras que ocupam a magistratura, seja magistratura estadual, do trabalho ou mesmo a federal, ainda é muito pequena e não espelha a sociedade, que tem praticamente mais da metade da população negra ou parda. Diante disso, nós estamos caminhando para um lugar de mudança, mas ainda há muito a ser feito.”



Juíza de Direito Isadora Nicoli da Silva

Encontros promovem inspiração e exemplos

O coordenador do evento, desembargador federal Rubens Rollo, ressalta a importância desses encontros como forma de inspirar todos que deles participam. “Nós convidamos magistrados para contar a experiência de vida profissional que os levou ao êxito de entrarem na carreira. A nossa intenção é um debate em termos de conversa informal, para que as pessoas, jovens principalmente elas, quebrem essa corrente de medo que tem, no sentido de que a cor seria um empecilho para o êxito na vida profissional. Nós trouxemos quem teve esse êxito profissional nesse país de discriminação velada para que conte a sua experiência, para que essas pessoas se sintam motivadas também a prosseguir no seu sonho”, finaliza o magistrado.

CURSOS E EVENTOS - JUNHO | 2025

■ II Semana Nacional dos Juizados Especiais



O banner é de fundo escuro com uma foto em tons de cinza de uma pessoa sentada em um escritório. No topo, há logos e nomes: CNJ (Conselho Nacional de Justiça), JUSTIÇA FEDERAL (Tribunal Regional Federal da 6ª Região), Escola de Magistratura e JuMinas (Laboratório de Inovação da Justiça Federal do 6º Região). Abaixo, o título 'II SEMANA NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS' é exibido em grandes letras douradas e brancas. À esquerda, informações práticas: '03 a 05 de junho de 2025', 'Carga horária: 14h', endereço para o dia 03/05 e local para o dia 04. À direita, uma seção 'INSCRIÇÕES' com um link (<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-ii-semana-nacional-dos-juiizados-especiais>) e um QR code.

**II SEMANA NACIONAL
DOS JUIZADOS
ESPECIAIS**

INSCRIÇÕES

03 a 05 de junho de 2025

Carga horária: 14h

Dias 03/05: Auditório do TRF6 - Avenida Álvares Cabral, 1805 - 2º Andar - Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG

Dia 04: Casa de Conciliação - Rua Santos Barreto, 181

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-ii-semana-nacional-dos-juiizados-especiais>

Fortalecer os Juizados Especiais
é fortalecer a Justiça.

Desde o dia 2 e até o dia 6 de junho de 2025, está sendo realizada a 2ª Semana Nacional dos Juizados Especiais, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa ocorre no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais, com o objetivo de fomentar o compartilhamento de boas práticas e contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional nos Juizados Especiais.



No Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), a cerimônia de abertura oficial do evento foi realizada na tarde desta terça-feira (3/6/2025). A solenidade contou com a presença do presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira; do vice-presidente do TRF6, desembargador federal Ricardo Rabelo, além do coordenador dos Juizados Especiais Federais, desembargador federal Grégore Moura e da secretária-geral da Escola de Magistratura do Tribunal, juíza federal Ariane Oliveira.

O presidente lembrou que o sistema, que completa 30 anos de Juizados Especiais e mais de 20 anos de Juizados Especiais Federais, é amplamente reconhecido por ter revolucionado a Justiça no Brasil, tornando-a mais acessível e próxima da população. Ele destacou que "a Justiça Federal, por meio de um rito especial – aberto, sem custas e, inicialmente, sem exigência de advogados – cumpre bem seu papel social", afirmou o presidente.



Desembargador Federal Ricardo Rabelo

O vice-presidente do TRF6, desembargador federal Ricardo Rabelo, ressaltou que a importância do Juizado Especial para o Tribunal e também para a população será um dos pilares da celebração da II Semana Nacional dos Juizados Especiais. "O dia deve ser comemorado sob três perspectivas importantes: o passado, que viu uma iniciativa legislativa trazer à tona demandas até então "invisíveis" para a Justiça Federal; o presente, marcado por um momento de modernização da primeira instância; e o futuro, no qual o modelo de

gestão proposto para as varas promete benefícios significativos para todos, em especial para o povo mineiro", explicou o vice-presidente do TRF6.

Já o desembargador federal Grégore Moura reforçou que os Juizados representam um "grande tema a ser debatido no Brasil", especialmente porque a maioria dos processos distribuídos na Justiça Federal — mais de 60% — são oriundos deles. "Sua relevância reside no fato de serem um "processo mais simples", que oferece maior acesso à justiça às pessoas por não exigir o pagamento de custas, entre outros elementos que facilitam esse acesso", contextualizou o desembargador.



Desembargador Federal Vallisney Oliveira



Desembargador Federal Grégore Moura

A secretária-geral da Escola de Magistratura, juíza federal Ariane Oliveira salientou que os Juizados são a "porta de entrada" para a Justiça, especialmente para o lado mais carente da população, com a demanda previdenciária representando a maior parte dos processos. "Por valorizar e facilitar o acesso à justiça para as pessoas mais

necessitadas, a semana é vista como um momento a ser sempre comemorado e celebrado. A agenda do evento, que se estende até quinta-feira (6/6/2025), está repleta de atividades, buscando promover a reflexão sobre a importância dos Juizados, particularmente neste período de significativa mudança e reformulação na jurisdição de primeira instância em Minas Gerais, no âmbito do TRF6", explicou a juíza federal.

A programação da semana inclui atividades voltadas ao engajamento de magistrados, servidores e colaboradores dos Juizados Especiais, promovendo discussões temáticas, capacitações e ações práticas que buscam soluções mais céleres, simples e eficazes para a resolução de conflitos de menor complexidade.

Coordenada nacionalmente pelo Comitê Nacional dos Juizados Especiais (Conaje/CNJ), a mobilização busca consolidar uma cultura de excelência e inovação nas unidades judiciárias especializadas, com foco na melhoria contínua do serviço prestado à população.

■ Curso Prático do PREVJUD - Intimações para Implantação Automática de Benefícios



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de
Magistratura



Escola Superior
da Advocacia-Geral da União



INSS

CURSO PRÁTICO DO



PREVJUD

Intimações para Implantação Automática de Benefícios

INSCRIÇÕES



<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-curso-pratico-do-prevjud-intimacoes-para-implantacao-automatica-de-beneficios>

TRANSMISSÃO



https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDhjZDE4MzgtOGY2MC00Njg2LWl4MGltM2UyNTIyM2VmNjA4%40thread.v2/0?context=%7b%22Id%22%3a%221bec4ca1-938c-4ce8-beef-4d0443a69c07%22%2c%22Old%22%3a%22a172207d-8764-4f70-52a5-7e3aa7d256a1%22%7d



30 de junho de 2025



14h às 18h



Virtual com transmissão via Microsoft Teams

CURSOS E EVENTOS - JULHO | 2025

As Unidades Avançadas de Atendimento (UAAAs) e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura | Presidência do Tribunal Regional Federal da 6ª Região | Corregedoria Regional da 6ª Região | Diretoria do Foro da SJMG | Diretoria da Subseção Judiciária de Manhuaçu

As Unidades Avançadas de Atendimento e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região

01 a 03 de julho de 2025

9h às 18h

Presencial na sede da Subseção Judiciária de Manhuaçu

Público-alvo: Desembargadores Federais e Diretores de Subseções Judiciárias

INSCRIÇÕES

<https://educa.enfam.jus.br/inscricao-as-unidades-avancadas-de-atendimento-uas-e-o-tribunal-regional-federal-da-6a-regiao>

A Escola de Magistratura e Revista do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), em parceria com a Presidência do Tribunal, a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 6ª Região (que propôs a ação educacional), a Direção do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais e a Subseção Judiciária de Manhuaçu, realizou o evento "As Unidades Avançadas de Atendimento (UAAAs) e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região", entre os



dias 1º e 3 de julho de 2025, na Subseção Judiciária de Manhuaçu e nas UAs de Abre Campo e Carangola. Magistrados, servidores e autoridades debateram o papel das UAs no fortalecimento do acesso à Justiça na região, reafirmando o modelo como programa estratégico do Tribunal.

A Subseção Judiciária de Manhuaçu também recebeu visita técnica da Corregedoria Regional, como parte do cronograma de correições nas subseções da Zona da Mata, bem como as UAs de Abre Campo e Carangola. O evento destacou boas práticas, desafios operacionais e iniciativas para o aprimoramento dos serviços judiciários, reforçando o compromisso da Justiça Federal com a interiorização e a eficiência na prestação jurisdicional.



Visita técnica à UAA de Abre Campo

Na noite de terça-feira, 1º de julho, após a visita técnica à UAA de Abre Campo, foi realizada a solenidade de inauguração do Auditório Ministro Vitor Nunes Leal, na sede da Subseção Judiciária de Manhuaçu, ampliando sua capacidade de atuação institucional e de realização de eventos jurídicos e administrativos na região.



Solenidade de inauguração do Auditório Ministro Vitor Nunes Leal

A cerimônia marcou o descerramento da placa que homenageia o jurista mineiro Vitor Nunes Leal, reconhecido por sua atuação destacada no Supremo Tribunal Federal (STF) e sua contribuição ao fortalecimento do Direito e das instituições democráticas brasileiras. Durante a solenidade, foi enfatizada a relevância da trajetória do homenageado, cuja atuação firme e ética no Judiciário deixou um legado duradouro para o país. A escolha de seu nome para batizar o novo espaço reafirma o compromisso da Justiça Federal com a preservação da memória institucional e com a promoção dos valores democráticos.



Descerramento da placa que homenageia o jurista Vitor Nunes Leal

A agenda científica do evento foi realizada no dia 2 de julho, com inúmeras palestras de desembargadores e juízes federais, como a representante do Tribunal Regional Federal da 4^a Região (TRF4), juíza federal Gabriela Pietsch Serafin, além de servidores da Justiça Federal. Também estiveram presentes autoridades do Poder Judiciário, entre elas o presidente em exercício e corregedor do Tribunal Regional Federal da 6^a Região (TRF6), desembargador federal Ricardo Rabelo; o vice-diretor da Escola de Magistratura e Revista do TRF6, desembargador federal Lincoln Rodrigues de Faria; o diretor do foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal José Carlos Machado Júnior; o secretário-geral da Presidência, juiz federal Antônio Francisco do Nascimento; a secretária-geral da Escola de Magistratura, juíza federal Ariane da Silva Oliveira; o juiz auxiliar da Corregedoria Regional e ex-diretor da Subseção Judiciária de Manhuaçu, juiz federal Lucílio Linhares Perdigão de Moraes; e o diretor da Subseção Judiciária de Manhuaçu, juiz federal Cristiano Mauro da Silva. A programação do dia foi concluída com a visita técnica à UAA de Carangola.



Visita à UAA de Carangola

Também participaram do evento os desembargadores federais do TRF6, André Prado de Vasconcelos, Luciana Pinheiro Costa e Marcelo Dolzany, além de inúmeros juízes

federais, servidores e autoridades locais.

O encerramento do evento ocorreu no dia 03/07/2025 com a visita técnica à Fazenda Ninho da Águia, no Município de Alto Caparaó, onde os participantes tiveram a oportunidade de conhecer o modelo de produção de café com observância das diretrizes socioambientais.



Visita técnica à Fazenda Ninho da Águia

Bastante elogiado pela relevância da temática proposta, primorosa organização e acerto da metodologia adotada — com painéis dinâmicos, rodas de conversa e exposições objetivas —, o evento se insere na política do Tribunal Regional Federal da 6ª Região de buscar o constante aprimoramento e valorização do quadro de magistrados e servidores para concretizar a missão de levar aos cidadãos mineiros uma justiça célere e de qualidade.

As Unidades Avançadas de Atendimento (UAs) e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região

 JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de Magistratura 

COLABORAÇÕES
DIÁLOGOS QUE APRIMORAM O TRF-6



Oficina 7:

Como estruturar prompts de IA generativa?



Náiber Pontes de Almeida e Rodrigo Gonçalves de Souza,
Juízes Federais do TRF-1.

Público alvo: magistrados e servidores.

Turmas Presenciais em Belo Horizonte (Vagas Limitadas):

Turma A (Primeiro Grau): 21/07 (09h às 17h) e 22/07 (09h às 12h) Turma B (Segundo Grau): 22/07 (14h às 17h) e 23/07 (09h às 17h)



O Laboratório de Inovação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (iluMinas), a Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª região (TRF6) e a Seção de Formação Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores (Sefas) co-promoveram nesta segunda-feira (21/7/2025) a Oficina 7 da Série Colaborações: “Como estruturar prompts de IA Generativa?”. A atividade integra o Programa Tecnologias Éticas e Sustentáveis (TES), iniciativa estratégica voltada à construção da visão de futuro do TRF6 no uso de novas tecnologias.



A oficina, a primeira de uma série que será realizada presencialmente, teve suas vagas esgotadas em apenas dois dias de inscrição, demonstrando o grande interesse de magistrados e servidores pelo tema.

Foram formadas duas turmas com 40 participantes cada, abrangendo magistrados e



servidores do primeiro e segundo graus, tanto da capital quanto do interior.

A abertura foi conduzida pela secretária executiva da Escola de Magistratura do TRF6, Francine Figueiredo, que destacou a importância da parceria com o iluMinas e agradeceu aos magistrados palestrantes por compartilharem seus conhecimentos.

Formação com foco prático e ético

A oficina foi coordenada pelos juízes federais Rodrigo Gonçalves de Souza e Náiber Pontes de Almeida, ambos do TRF da 1ª Região e com vasta experiência em projetos de inteligência artificial no Judiciário. O conteúdo foi estruturado para atender especialmente quem está dando os primeiros passos no uso de IA generativa, com foco na estruturação de prompts, prática essencial para a criação de soluções eficientes e seguras com ferramentas como o ChatGPT.



Durante as 9 horas de atividades, os participantes foram introduzidos a conceitos fundamentais de IA generativa, práticas seguras e éticas, e técnicas básicas de construção de prompts. A programação incluiu: Conceitos e aplicações jurídicas da IA generativa; introdução ao uso do ChatGPT no contexto jurídico; técnicas de estruturação de prompts claros e objetivos; práticas éticas e seguras, com ênfase na proteção de dados e criação de assistentes virtuais personalizados para apoio à gestão processual.

As atividades foram conduzidas por meio de exposições dialogadas, estudos de caso e simulações práticas em laboratório, promovendo um aprendizado ativo e colaborativo.

Sobre os formadores

O juiz federal Náiber Pontes de Almeida é titular da 1ª Vara da Seção Judiciária do DF, mestre em Direito Comparado pela Cumberland School of Law (EUA) e coordenador do Núcleo de Inteligência Artificial da Justiça Federal da 1ª Região. Também integra o Projeto Sinergia.



Já o juiz federal do TRF1 Rodrigo Gonçalves de Souza é atualmente convocado como juiz auxiliar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele é mestre em Direito e Estado pela UnB e doutor em Direitos Humanos pela UFG, atua em diversos projetos de IA no Judiciário, incluindo o Projeto Sinergia.

Programa TES e iluMinas Colaborações

Lançado em 2024, o Programa TES – Tecnologias Éticas e Sustentáveis tem como objetivo promover o compartilhamento de boas práticas e o desenvolvimento de soluções inovadoras com foco em IA generativa. Alinhado às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, o programa busca garantir o uso ético, seguro e eficiente dessas tecnologias no ambiente judiciário.

A Série Colaborações iluMinas é uma das ações do TES voltada à formação prática e colaborativa, com oficinas, protótipos e iniciativas como a Prompteca do TRF6, que fortalecem a transformação digital do Tribunal de forma inclusiva e sustentável.

A próxima turma da oficina acontece amanhã, terça-feira, dia 22 de julho, às 14h, também com lotação máxima.



Diretrizes Adicionais e Classificação de Risco

■ Diretrizes para Contratação (Art. 20)

- Informar os agentes que possuem tratamento específico
- Consultas

■ Comunicação em Decisões (Art. 33, §3º)

- Manter o uso da IR à disposição

Baixo Risco (ANEXO - BIR)

- Atos processuais ordinários e apoio administrativo
- Teste de apoio com supervisão do magistrado
- Aprimoramento de atividades e transcrição de audiências com revisão

Alto Risco (ANEXO - AR)

- Alteração e reinterpretação de processos com impacto massivo
- Formulação de julgamento conciliando norma jurídica dos precedentes

CURSOS E EVENTOS - SETEMBRO | 2025

■ Palestra "Olhar a História do Supremo para Entender o Presente"



Na tarde da última quarta-feira, 3 de setembro, a Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) recebeu o jornalista Felipe Recondo para conduzir a palestra “Olhar a história do Supremo para entender o presente”, realizada no auditório do edifício Antônio Fernando Pinheiro.



Da esq. para a dir.: desembargador federal Edilson Vitorelli; jornalista Felipe Recondo; diretora da Escola de Magistratura, desembargadora federal Mônica Sifuentes

O evento contou com a presença da diretora da Escola de Magistratura, desembargadora federal Mônica Sifuentes; do vice-diretor da Escola, desembargador federal Lincoln Rodrigues de Faria; e do desembargador federal Edilson Vitorelli, que atuou como debatedor.

Mônica Sifuentes ressaltou que a presença de Felipe Recondo ocorre em um momento decisivo para a Suprema Corte. A magistrada revelou que acompanha o trabalho do jornalista e afirmou que a palestra contribui para ampliar a compreensão do público sobre os acontecimentos recentes do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Edilson Vitorelli, “revisitar o passado é fundamental para compreender a evolução da jurisdição brasileira e o papel desempenhado pelo Supremo ao longo do tempo”. Já Lincoln Faria ressaltou que encontros como este são essenciais para atualizar o conhecimento sobre a Suprema Corte e debater temas da pauta nacional.

O palestrante Felipe Recondo enfatizou a importância de discutir a história do Supremo em um momento de polarização. “É sempre bom trazer uma outra opinião e dialogar com a história”, afirmou. Segundo o jornalista, muitas das crises atuais não são inéditas e o passado demonstra que “a Instituição continuou e se aperfeiçoou”.

A iniciativa reforça o compromisso do TRF6 em promover debates que unem conhecimento histórico e prática jurisdicional, contribuindo para a formação contínua da Justiça Federal e para o diálogo com a sociedade.



Congresso Inteligência Artificial no Poder Judiciário



Começou na manhã desta segunda-feira (22/9/2025), em Belo Horizonte (Minas Gerais), o congresso “Inteligência Artificial no Poder Judiciário”. O evento, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho de Justiça Federal, em parceria com o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) e a Escola da Magistratura da 6ª Região, segue até terça (23) e conta com o apoio da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), da Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais (Ajufemg) e do Centro Universitário Dom Helder.

O foco do seminário é a Resolução nº 615/2025 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece diretrizes para o uso da Inteligência Artificial no sistema de Justiça, com ênfase na inovação aliada à preservação de direitos fundamentais e da centralidade humana. A programação inclui painéis, oficinas temáticas e debates sobre boas práticas tecnológicas.

Presidente do TRF6 estimula boas práticas de inteligência artificial no Judiciário

O presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira, enfatizou o papel central da Inteligência Artificial (IA) na vida moderna e no Judiciário, declarando, de forma descontraída, que a sociedade não viverá mais "sem o creme dental e sem inteligência artificial". Ao abordar a IA como um grande desafio, ele reconheceu a existência de inúmeros projetos na área, mas sublinhou a necessidade de colocar esses projetos em prática.



Para o desembargador federal e presidente do TRF6, o congresso contribui significativamente para que haja uma certa uniformidade entre os tribunais, destacando o papel essencial do CJF, do CNJ e das escolas da Magistratura. Ele defendeu a importância de promover o "cooperativismo de boas práticas", em contraponto aos projetos isolados de cada Tribunal.

Já a desembargadora federal Mônica Sifuentes destacou que o objetivo do TRF6 é oferecer à sociedade um novo modelo de Justiça, marcado por um processo eletrônico eficaz (eproc) que garanta segurança, eficácia e, sobretudo, justiça para o jurisdicionado. Sifuentes classificou a realização do evento como o "coroamento" de todo o trabalho realizado pelo Tribunal, que está sob a atual presidência do desembargador federal Vallisney Oliveira.

Dia de debates

A conferência “O Poder Judiciário Brasileiro na Era da Inteligência Artificial: Desafios e Perspectivas”, foi proferida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ricardo Villas Bôas na abertura do evento.

Na sequência, os debates seguiram para o primeiro painel, que discutiu a Resolução CNJ n. 615/2025.

Três oficinas foram realizadas em grupos sobre o tema “Como aplicar a Inteligência Artificial nas Atividades Jurisdicionais?”

Mesa de honra

Participaram do evento: o presidente do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), desembargador federal Vallisney Oliveira; o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ricardo Vilas Boas; o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais,

Luís Carlos de Azevedo Correa Júnior; a diretora da Escola de Magistratura Federal e Revista do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, desembargadora federal Mônica Sifuentes; o reitor do Centro Universitário Dom Hélder, Padre Paulo Humberto Stumpf; o defensor público-geral federal Leonardo Magalhães; o presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, juiz federal Caio Marinho; e o presidente da Associação dos Juízes Federais de Minas Gerais, juiz federal Mário de Paula Franco Júnior.

Também participaram, pelo TRF6: o desembargador federal do TRF6, Pedro Felipe Santos, coordenador científico do evento; a juíza auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, Vânila Cardoso André de Moraes, coordenadora executiva do evento; o juiz federal auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, Otávio Henrique Martins, coordenador executivo do evento; o desembargador federal Ricardo Machado Rabelo, vice-presidente e corregedor regional da Justiça Federal da 6ª Região; o desembargador federal Lincoln Rodrigues de Faria, vice-diretor da Escola de Magistratura e Revista do TRF6; e o diretor-geral do TRF6, Jânio Mady.



Participaram também virtualmente: autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, magistrados e magistradas, membros do Ministério Público, servidores e servidoras da Justiça Federal, colaboradores e colaboradoras do Centro Universitário Dom Hélder, além de dirigentes de instituições privadas e membros de organizações não governamentais.

O evento encerra-se nesta terça-feira (23) com a aprovação da Carta de Belo Horizonte, documento que orientará o uso ético e sustentável da IA no Judiciário brasileiro.

Judiciário apostava na inteligência artificial para modernizar a Justiça

O congresso representa um passo importante na modernização do sistema judiciário,

ao promover o debate qualificado sobre o uso da inteligência artificial no âmbito da Justiça.

Ao reunir especialistas, magistrados e instituições de destaque, o evento reforça o compromisso do Judiciário com a inovação, a eficiência e o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

CURSOS E EVENTOS - OUTUBRO | 2025

■ Seminário "Justiça Restaurativa"



A Escola de Magistratura e a Revista do Tribunal Regional Federal da 6^a Região (TRF6) promoveram, na sexta-feira (3/10), em Uberlândia, o seminário “Justiça Restaurativa”. O evento contou com apoio da Subseção Judiciária local, da Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Uberlândia, e da Caixa Econômica Federal.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca abriu o



evento de forma virtual, com a palestra Justiça Restaurativa, e o ministro Sebastião Reis Júnior, também do STJ, encerrou o seminário presencialmente, apresentando o tema Justiça Restaurativa como prática de resolução de conflitos.

Durante o encontro, foi realizada a posse do juiz federal Gustavo Baião Vilela no cargo de secretário-geral da Escola de Magistratura e Revista do TRF6. Assinaram o termo de posse o presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira; o vice-diretor da Escola, desembargador federal Lincoln Rodrigues de Faria; e o próprio magistrado empossado.



O presidente do TRF6 destacou que a Justiça Restaurativa representa um novo modelo de justiça voltado à reconstrução das relações humanas e à pacificação social.

“Historicamente, a Justiça Restaurativa foi inspirada nos modelos de organização social das coletividades nativas, que buscavam regular a comunidade mantendo a coesão do grupo e privilegiando os interesses coletivos em detrimento dos individuais. É uma forma de justiça que exige uma profunda compreensão do que é o outro”, afirmou o desembargador Vallisney Oliveira.

Painéis e palestras

O seminário teve coordenação científica do juiz federal Osmane Antônio dos Santos e reuniu autoridades e especialistas em torno de experiências práticas e reflexões sobre mediação, pacificação e tratamento adequado de conflitos.

Entre os palestrantes estiveram:

Desembargador federal Prado de Vasconcelos, presidente da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do TRF6, que abordou o tema ADPF 828 e Resolução 510 – A Comissão de Soluções Fundiárias como instrumento de pacificação e restauração em ocupações coletivas nas Minas Gerais. O magistrado ressaltou que a Justiça Restaurativa é uma ferramenta poderosa nas soluções de conflitos fundiários coletivos, pois exige o reconhecimento mútuo das necessidades de todas as partes envolvidas. Destacou ainda a importância da cooperação entre tribunais — como ocorreu em Brasilândia de Minas, onde o TRF6 e o TJMG atuaram juntos — e afirmou que “a solução restaurativa não busca apenas extinguir processos, mas construir a paz nas comunidades afetadas”.

Desembargador federal Edilson Vitorelli, presidente da Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes e Ações Coletivas do TRF6, que apresentou a palestra Acordos em grandes conflitos – Lições dos casos de Mariana e Brumadinho. Ele destacou que a cooperação judiciária é elemento essencial para viabilizar práticas restaurativas, permitindo que juízes atuem de forma articulada e conjunta em casos complexos. Segundo o magistrado, “a cooperação judicial é uma condição operacional para a Justiça Restaurativa, pois encaminha melhor os conflitos e rompe o isolamento histórico da magistratura, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça”.

Também participaram o procurador da República Leonardo Macedo, com a palestra Justiça Restaurativa na visão do Ministério Público Federal; o juiz federal Flávio da Silva Andrade, diretor da Subseção Judiciária de Uberlândia, com o tema Acordos Criminais; e o desembargador José Luiz de Moura Faleiros, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com a exposição Ecossistema de tratamento adequado de conflitos.

Presenças na mesa de honra

Compuseram a mesa de honra o presidente do TRF6, desembargador federal Vallisney Oliveira; o desembargador federal Lincoln Rodrigues de Faria; o desembargador do TJMG José Luiz Moura Faleiros; o diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, juiz federal José Carlos Machado Júnior; o diretor da Subseção Judiciária de Uberlândia, juiz federal Flávio da Silva Andrade; a diretora do Foro da Comarca de Uberlândia, juíza de direito Maria Elisa Taglialegna; o procurador regional da República da 6ª Região, Carlos Henrique Lima Marques; e o presidente da OAB Uberlândia, Luciano de Salles Monteiro.

A diretora da Escola de Magistratura e Revista do TRF6, desembargadora federal Mônica Sifuentes, participou virtualmente do seminário, representando a Escola.

Compromisso com a pacificação social

O evento e a posse marcaram um momento significativo de fortalecimento do compromisso institucional da Escola de Magistratura do TRF6 com uma Justiça mais humanizada, dialógica e voltada à reconstrução das relações sociais.

CURSOS E EVENTOS - NOVEMBRO | 2025

Seminário "O Poder Judiciário e a Necessária Transformação Cultural Profunda"



TRF6 debate transformação cultural na conciliação e mediação

O Tribunal Regional Federal da 6ª Região sediou, na manhã desta sexta-feira, 14 de novembro de 2025, em Belo Horizonte, o seminário “O Poder Judiciário e a Necessária Transformação Cultural Profunda”, evento que integrou a programação da Semana Nacional de Conciliação de 2025.

Realizado das 9h30 às 12h, o encontro reuniu magistrados, membros do Ministério Público, procuradores, advogados, servidores e demais operadores do Direito, com o objetivo de fomentar a reflexão sobre a importância da consolidação de uma cultura voltada à conciliação e à mediação como caminhos essenciais para a resolução de conflitos no país.

A abertura contou com a presença do desembargador federal Ricardo Machado Rabelo, vice-presidente e corregedor do TRF6, que destacou a necessidade urgente de modernização das práticas judiciais e do fortalecimento de métodos consensuais como instrumento de eficiência e humanização da Justiça.

Em seguida, o desembargador federal Álvaro Ricardo de Souza Cruz, coordenador da Coordenadoria Regional de Solução Adequada de Controvérsias do TRF6 e do Núcleo de Solução Consensual de Conflitos do Supremo Tribunal Federal, agradeceu a participação do vice-presidente e elogiou o trabalho que ele desenvolveu frente ao Acordo de Mariana (MG).

O juiz federal e coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), Itelmar Evangelista, falou sobre a importância do seminário para discutir os métodos consensuais. "Debatemos formas de prevenir e desjudicializar demandas que estão abarrotando o Poder Judiciário", explicou.

Organizado pela Coordenadoria Regional de Solução Adequada de Controvérsias (Cojus) e pela Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, o seminário reforçou a compreensão de que a consolidação de uma cultura de conciliação e mediação ainda é um desafio, mas também uma oportunidade de transformação profunda.



Os debates evidenciaram que a busca por uma Justiça mais célere, eficiente e consensual passa necessariamente pela mudança de mentalidade, tanto de profissionais quanto da sociedade, e por iniciativas contínuas que fortaleçam a autocomposição como prática cotidiana.

Ao final, os participantes destacaram a relevância do encontro como espaço de construção coletiva e reafirmaram o compromisso com a evolução do Judiciário brasileiro rumo a um modelo mais moderno, colaborativo e orientado ao diálogo.

Seminário "Justiça Restaurativa como Transformação da Cultura Adversarial"



Seminário de Justiça Restaurativa reflete sobre nova cultura do sistema judiciário

A Justiça tradicional por vezes é percebida como esgotada em seus mecanismos de solução razoável dos litígios, e tem enfrentado um profundo questionamento sobre sua capacidade de pacificar as relações sociais. A aplicação de uma sanção ou a resolução de um conflito pela frieza da letra da lei não garante a pacificação dos indivíduos envolvidos. Neste cenário, o seminário “Justiça Restaurativa como transformação da cultura adversarial” jogou luz no tema e provocou reflexões durante a tarde desta terça-feira, 20 de novembro, no Auditório do AFP.

Segundo o vice-presidente e corregedor regional da 6ª Região, desembargador federal Ricardo Machado Rabelo, o fortalecimento de ações que envolvam a consensualidade coloca o TRF6 no caminho correto: “Temos um compromisso de privilegiar sempre o diálogo, dar oportunidade de solucionar os conflitos que são submetidos ao nosso exame e tentar de alguma forma resolver de forma consensual. Isso é uma questão de amadurecimento da sociedade. Quando ela vai evoluindo, vai crescendo, vai se despondo como uma sociedade



Vice-presidente e corregedor regional do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, desembargador federal Ricardo Machado Rabelo

moderna, vê a conciliação como a melhor alternativa da solução de conflitos".

Entretanto, a mudança de paradigma exige uma reflexão profunda sobre a estrutura vigente. O coordenador regional de Solução Adequada de Controvérsias (COJUS), desembargador federal Álvaro Ricardo de Souza Cruz, reflete sobre o alicerce do sistema judiciário tradicional: "Essencialmente, a estrutura da nossa justiça é uma estrutura de natureza liberal. Então, a gente está buscando sempre eficiência, e eficiência é produtividade, é número. E quando o jurisdicionado se torna um número, a justiça se desumaniza."



Coordenador regional de Solução Adequada de Controvérsias (COJUS), desembargador federal Álvaro Ricardo de Souza Cruz

Sem isso, a Justiça vai ficar só produzindo números, mas não vai produzir justiça", finaliza o desembargador.

A Justiça Restaurativa é, portanto, vista como uma mudança de cultura na própria Justiça. Essa busca pela restauração e conexão não é uma invenção moderna; é um resgate de princípios antigos, de mecanismos que reconstituam o tecido social e organizacional, levando à paz individual e social.

Diálogo integrativo e a cura do entorno social

Enquanto o direito tradicional resolve o conflito pela aplicação de uma sanção, sem pacificar as relações, a Justiça Restaurativa propõe uma abordagem integrativa que olha o contexto como um todo. A juíza federal Fernanda Schorr explica a diferença: "Ela analisa em que lugar as pessoas estão, como elas estão ou por que elas estão lá, e por que aconteceu esse conflito. Quando ela faz isso, ela abre para ver todos os aspectos sociais que estão envolvidos e tenta, estimulando esses aspectos, aspectos sociais, resolvendo o entorno, fazer com que as duas pessoas envolvidas passem a ter um diálogo, uma conexão, olhando uma para outra, entendendo o contexto social de cada uma e como elas vivem, e passem a viver e se entender e tentar chegar num bem comum".



Juíza federal Fernanda Schorr

A grande diferença reside na abordagem da gênese do conflito, o que impacta diretamente na sua resolução no futuro. Utilizando um exemplo do direito penal, o juiz federal Osmane Antônio dos Santos destaca a falha do processo tradicional em olhar para o histórico das pessoas: "Ninguém nasce um infrator ou um criminoso da noite para o dia, ele se torna, alguma circunstância o leva a praticar esse fato. E essas circunstâncias são simplesmente esquecidas."



Juiz federal Osmane Antônio dos Santos

Osmane afirma que o ato, seja civil ou criminal, é tratado como um "recorte fático", uma fotografia do momento, e as informações complementares não são levadas em consideração no processo tradicional. Essa visão ignora as pessoas que estão envolvidas direta ou indiretamente: "A Justiça Restaurativa vem exatamente com essa energia, que é exatamente buscar a resolução, ouvir todas as pessoas que direta ou indiretamente, acabaram tomando conhecimento ou interferindo naquela situação", esclarece o juiz.

A Justiça Restaurativa atua a partir do princípio de que aqueles que criaram os conflitos e que têm suas necessidades não atendidas ou seus desejos não satisfeitos são, paradoxalmente, aqueles que têm condições de resolvê-los por meio do diálogo. O ideal é que se possa resolver os conflitos através dessa comunicação.

Paz e prevenção de reincidência

Ao estimular o diálogo e a conexão, essa nova perspectiva dos sistema judiciário busca uma resposta mais produtiva e direcionada à paz do que a que tradicionalmente se consegue alcançar, com processos litigiosos. Na visão de Fernanda Schorr, ela traz paz à consciência do conflito e, ao fazer isso, impede que o conflito continue reverberando durante muito tempo nas vidas das pessoas envolvidas: "As vezes a gente vê que um conflito gera 20 processos. E a ideia é resolver as pessoas, o interno delas e o entorno, para que ele pare de reverberar e sempre tratar novos conflitos".

Apesar de seu grande potencial transformador, Osmane pondera que a sociedade ainda não está totalmente preparada para resolver tudo através da Justiça Restaurativa, ainda que "o ideal é que a gente possa, através do diálogo, resolver nossos conflitos".

Ainda assim, o movimento de valorização do consenso e do diálogo, evidenciado por instituições como o TRF6, sinaliza um amadurecimento social que gradualmente busca superar a cultura da sanção pela cultura da restauração, conforme aponta o diretor do Foro da 6ª Região, juiz federal José Carlos Machado Júnior: "O direito tradicional, seja o Direito Penal, seja no caso dos conflitos



Diretor do Foro da 6ª Região, juiz federal José Carlos Machado Júnior

familiares e mesmo no caso do Direito Administrativo, parece que esgotou seus mecanismos de solução razoável dos litígios. A aplicação de uma sanção não pacifica as relações sociais, não pacifica os indivíduos que estão envolvidos. Para atender a essa demanda, buscou-se na restauração na Justiça Restaurativa, que é antiga, dos povos tradicionais, mecanismos que possam ser utilizados para possibilitar que o tecido social, o tecido organizacional, seja restaurado, de modo que as pessoas tenham paz enquanto indivíduos e enquanto sociedade”.

A Justiça Restaurativa, assim, funciona como um tecelão que, em vez de apenas cortar o fio rompido — a sanção —, trabalha para refazer o tecido social danificado, reconectando as pontas soltas da humanidade através do diálogo e da empatia.

CURSOS E EVENTOS - DEZEMBRO | 2025

■ Lançamento de livro e palestra "O Processo Civil de Grandes Desastres"



"O processo civil de grandes desastres" registra história e lições do Acordo de Mariana

Foi lançado nesta segunda-feira, 1 de dezembro, o livro "O processo civil de grandes desastres," resultado de um projeto que envolveu professores e alunos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Centro Universitário Dom Helder, sob orientação do professor e desembargador federal do



Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), Edilson Vitorelli e do também professor e procurador do Estado, Lyssandro Norton Siqueira. A obra aborda o complexo processo do Acordo de Repactuação de Mariana, conhecido como o Novo Acordo do Rio Doce. O evento de lançamento ainda contou com uma palestra do corregedor e vice-presidente do TRF6, desembargador federal Ricardo Machado Rabelo, que coordenou a mesa de repactuação.

O principal intuito do livro é criar um legado jurídico e acadêmico sobre o grave caso de Mariana, que mobilizou os poderes públicos da União e dos Estados de Minas Gerais

e Espírito Santo. A solução conciliatória se tornou um marco no país, e demonstrou a importância de ações para além dos litígios, conforme destaca Ricardo: “A conciliação é uma porta que se abriu e que não se tinha. Hoje, é dever de todo magistrado tentar conciliar as bases em qualquer momento do processo. Havendo uma possibilidade de conciliar, deve o juiz convidar as partes, conversar com as partes e tentar uma solução conciliatória”.

O desembargador Vitorelli, que atualmente supervisiona o cumprimento do Acordo no TRF6, destacou a necessidade premente de registrar o caso de Mariana desde muito cedo. Ele observou que o caso é uma história de uma década que envolveu diversos juízes e desembargadores da Justiça Federal, até chegar à homologação do Acordo em 2024. O livro, portanto, é um pedaço da história de um dos maiores desastres ambientais do país: “Infelizmente, por muito que a gente tenha evoluído em medidas de prevenção, os desastres não vão acabar. A gente continuará tendo desastres sociotécnicos, vamos continuar a ter desastres climáticos, e as lições que aprendemos a partir desse caso certamente serão transponíveis a outros casos e poderão servir de inspiração para outros juristas que virão depois de nós”, ressaltou o desembargador.

Lições acadêmicas, lições jurídicas

Os dois autores do livro são também acadêmicos, e a atividade docente influenciou a forma como a obra se desenvolveu. A retroalimentação da prática jurídica pela Academia e vice-versa é um dos destaques da produção de “O processo civil de grandes desastres”, como comenta Lyssandro: “É muito importante que nós tenhamos a evolução dessas duas áreas, tanto do aspecto prático judicial, das soluções consensuais, das decisões, acórdãos, como também na Academia. A academia evolui muito a partir do momento que ela tem esses inputs do que acontece na prática do Direito. Então, esse



livro ele reflete muito essa conciliação entre o acadêmico e o jurídico profissional”.

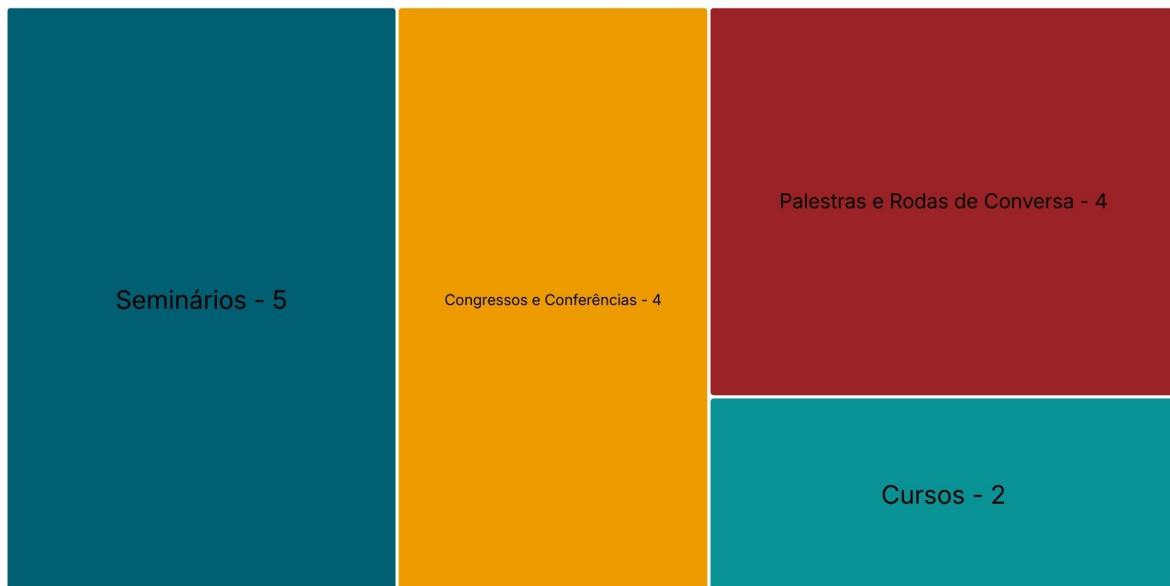
■ 1º Primeiro Seminário de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Federal da 6ª Região



RELATÓRIO ANUAL | 2025

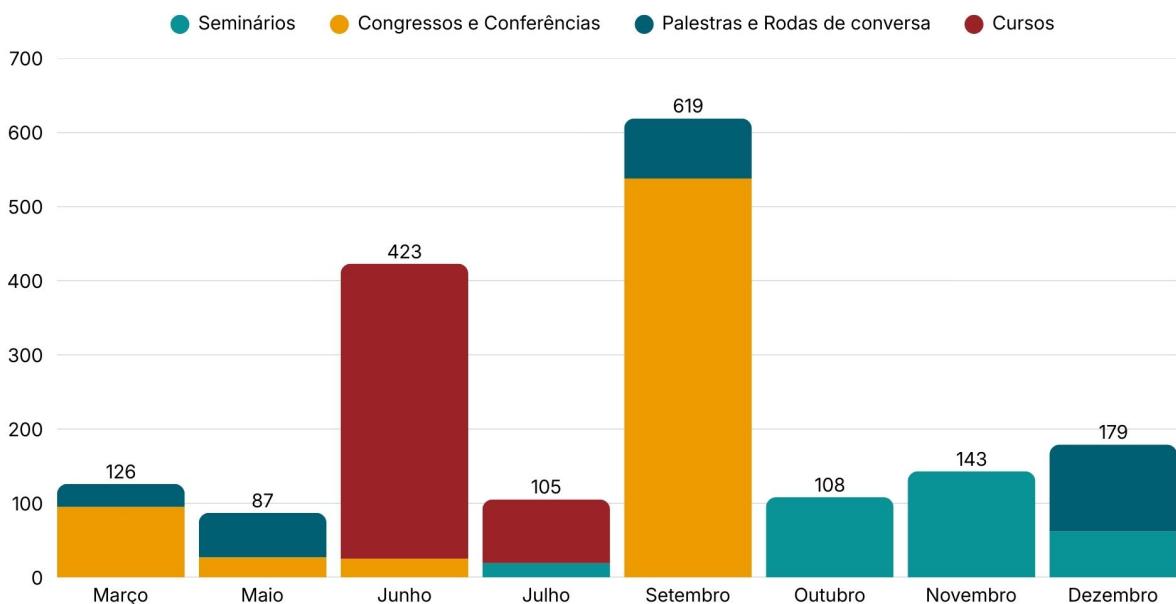
Retrospectiva dos Eventos de 2025 da Escola de Magistratura do TRF6

Eventos realizados em 2025



Em 2025, a Escola de Magistratura do Tribunal Regional Federal da 6ª Região consolidou sua atuação como polo de formação, inovação e desenvolvimento institucional. Ao longo do ano, foram realizados 15 eventos, reunindo 1.790 participantes, entre magistrados, servidores, profissionais do direito e membros da sociedade civil. A programação contemplou temas estratégicos para o aperfeiçoamento da Justiça Federal e reforçou o compromisso da Escola com uma formação plural, contemporânea e alinhada aos desafios do sistema de justiça.

Quantidade de Participantes por tipo de evento



Eixos Temáticos do Ano

A programação de 2025 organizou-se em quatro eixos temáticos centrais:

1. Tecnologia, Inovação e Inteligência Artificial:

Reuniu atividades voltadas à digitalização de processos, automação, inteligência artificial aplicada ao direito e modernização da prestação jurisdicional.

2. Gestão Judiciária e Estrutura Institucional:

Abarcou eventos sobre o funcionamento das unidades judiciárias, práticas administrativas, história institucional e melhorias nos serviços oferecidos à sociedade.

3. Cultura Organizacional, Inclusão e Desenvolvimento Institucional:

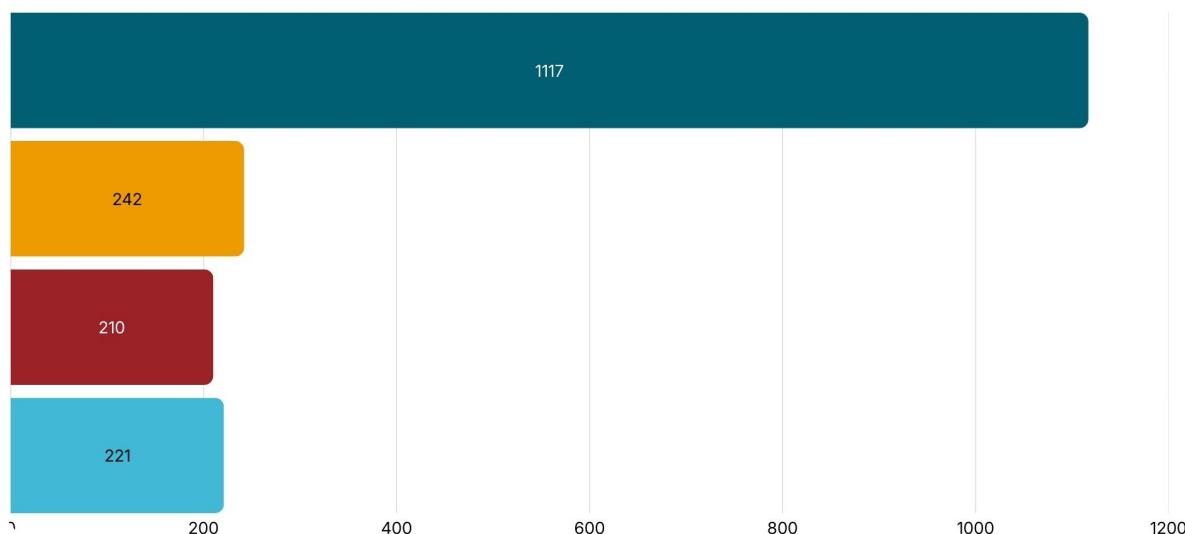
Tratou de temas relacionados ao ambiente de trabalho, bem-estar, diversidade, acessibilidade e transformação cultural no Poder Judiciário.

4. Direito, Jurisprudência e Práticas Restaurativas:

Incluiu debates sobre precedentes, súmulas vinculantes e iniciativas de justiça restaurativa, enfatizando práticas inovadoras de resolução de conflitos.

Quantidade de Participantes por Eixos Temáticos

● Tecnologia e Inovação ● Gestão Judiciária e Estrutura Institucional ● Cultura Organizacional, Pessoas e Inclusão
 ● Direito, Jurisprudência e Justiça Restaurativa



Resumo dos Eventos Realizados (em ordem cronológica)

CIRAJUD Minas Gerais – Conferência de Inteligência Financeira e Recuperação de Ativos (95 participantes)

Abordou estratégias de rastreamento e recuperação de ativos, discutindo ferramentas tecnológicas e cooperação institucional no enfrentamento de crimes financeiros.

Roda de Conversa – Súmulas Vinculantes nº 60 e 61 e Tema 1234 do STF (31 participantes)

Promoveu debate técnico sobre a aplicação prática das recentes súmulas vinculantes e a repercussão do Tema 1234, oferecendo atualização jurisprudencial a magistrados e servidores.

Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Assédio e à Discriminação (27 participantes)

Realizou ações de conscientização e formação para prevenção de comportamentos abusivos, reforçando o compromisso com um ambiente institucional seguro e respeitoso.

Roda de Conversa – "Como cheguei até aqui" (60 participantes)

Atividade de valorização pessoal e profissional, na qual magistrados compartilharam trajetórias e experiências inspiradoras, fortalecendo vínculos e a cultura organizacional.

II Semana Nacional dos Juizados Especiais (25 participantes)

Discutiu práticas inovadoras, desafios de gestão e aprimoramentos nos Juizados Especiais, com foco na celeridade e na proximidade com o cidadão.

Curso Prático do PREVJUD – Intimações para Implantação Automática de Benefícios (398 participantes)

Curso técnico sobre o sistema PREVJUD e seus mecanismos de automação, capacitando usuários para a implantação de benefícios previdenciários de forma mais eficiente.

As Unidades Avançadas de Atendimento (UAA) e o TRF6 (19 participantes)

Evento dedicado a apresentar o modelo das UAA, sua expansão e impacto na interiorização do atendimento da Justiça Federal.

Como Estruturar Prompts de IA Generativa? (86 participantes)

Capacitação prática sobre criação de prompts e uso responsável de ferramentas de IA generativa em atividades jurídicas e administrativas.

Palestra "Olhar a História do Supremo para Entender o Presente" (81 participantes)

Análise histórica sobre a evolução do Supremo Tribunal Federal e seu papel na formação institucional do Judiciário brasileiro.

Congresso “Inteligência Artificial no Poder Judiciário” (538 participantes)

Reuniu especialistas nacionais para discutir governança algorítmica, ética, segurança e os impactos da IA na Justiça, sendo o evento com maior participação do ano.

Seminário "Justiça Restaurativa" – Uberlândia/MG (108 participantes)

Debateu princípios e metodologias da justiça restaurativa, apresentando experiências práticas e iniciativas regionais.

Seminário "O Poder Judiciário e a Necessária Transformação Cultural Profunda" (61 participantes)

Reflexão sobre mudanças culturais indispensáveis ao fortalecimento institucional, com foco em transparência, cooperação e resolução humanizada de conflitos.

Seminário "Justiça Restaurativa como Transformação da Cultura Adversarial" (82 participantes)

Explorou a justiça restaurativa como alternativa ao modelo adversarial, enfatizando práticas participativas e restaurativas.

Lançamento de livro e palestra "O Processo Civil de Grandes Desastres" (117 participantes)

Abordou desafios processuais ligados a grandes desastres, destacando precedentes e estratégias jurídicas em litígios de alta complexidade.

1º Seminário de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Federal da 6ª Região (62 participantes)

Debateu políticas de acessibilidade, inclusão e garantia de direitos, reforçando o compromisso da instituição com a igualdade de acesso à Justiça.

Eventos com o maior número de inscritos

● Processo Civil de Grandes Desastres ● Congresso Inteligência Artificial ● Curso PREVJUD



Encerrando o ano de 2025, a Escola de Magistratura do TRF6 reforça seu papel como espaço de formação contínua, diálogo qualificado e promoção de práticas que fortalecem a Justiça Federal. As iniciativas desenvolvidas ao longo do ano demonstram o comprometimento da Escola com a inovação, a capacitação técnica, a valorização das pessoas e o aprimoramento constante das instituições. Em 2026, a Escola reafirma sua disposição de avançar ainda mais, ampliando oportunidades de aprendizagem,

aprofundando os temas estratégicos para o Judiciário e fortalecendo sua contribuição para uma Justiça cada vez mais moderna, acessível e preparada para os desafios do presente e do futuro.